



Número: **0828651-38.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **15/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 10.968,75**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SILVANA ALVES DE OLIVEIRA (AUTOR)		RACHEL INGRID CALIXTO PINHEIRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9865677	24/05/2020 00:04	Citação	Citação
9258937	15/04/2020 10:49	Certidão	Certidão
9185480	13/04/2020 10:00	Decisão	Decisão
6974401	31/10/2019 14:07	Certidão	Certidão
6565369	01/10/2019 18:35	Petição Inicial	Petição Inicial
6565370	01/10/2019 18:35	2. Procuração Assinada	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
6565371	01/10/2019 18:35	3. Declaração Assinada	
6565372	01/10/2019 18:35	4. Identidade	Documentos
6565373	01/10/2019 18:35	5. Compr. Renda	Comprovante
6565374	01/10/2019 18:35	6. BO	Documentos
6565375	01/10/2019 18:35	7. Docs Moto	Documentos
6565376	01/10/2019 18:35	8. Docs Médicos	Documentos
6565377	01/10/2019 18:35	9. Valor Adm	Documentos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0828651-38.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Ao Senhor

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

Comunico-lhe que tramita nesta 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina a Ação PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) (Processo n.º 0828651-38.2019.8.18.0140) que tem como requerente AUTOR: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA e como requerido REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT.

É, pois, a presente para **CITAR**, por meio de Vossa Senhoria, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, para **CONTESTAR**, querendo, esta ação no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, sob pena de se considerarem verdadeiros os fatos alegados pela autora, nos termos do art. 344 do Novo Código de Processo Civil.

As cópias dos documentos necessários podem ser acessadas, utilizando as chaves de acesso abaixo,



na url <https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> :

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	1910011834391230000000 6279921
2. Procuração Assinada	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS	1910011834395030000000 6279922
3. Declaração Assinada	Documentos	1910011834400610000000 6279923
4. Identidade	Documentos	1910011834404820000000 6279924
5. Compr. Renda	Comprovante	1910011834408250000000 6279925
6. BO	Documentos	1910011834416510000000 6279926
7. Docs Moto	Documentos	1910011834420490000000 6279927
8. Docs Médicos	Documentos	1910011834423750000000 6279928
9. Valor Adm	Documentos	1910011834433300000000 6279929
Certidão	Certidão	1910311407107910000000 6666161
Decisão	Decisão	2004131000479050000000 8765184
Certidão	Certidão	2004151049337250000000 8832900

TERESINA-PI, 24 de maio de 2020.



CARLA ALCÂNTARA SOARES
Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DA 4ª Cartório Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0828651-38.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, em cumprimento ao despacho Id. 9185480, procedo com a redistribuição dos autos a secretaria da 4ª Vara Cível.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 15 de abril de 2020.

DOUGLAS DE MATOS MORAES RODRIGUES
4º Cartório Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

4º Cartório Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE
TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0828651-38.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

DECISÃO

Vistos,

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, movida por **SILVANA ALVES DE OLIVEIRA** em desfavor **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**.

Preenchido os requisitos legais, **defiro ao Autor os benefícios da justiça gratuita.**

Tendo em vista a concessão da gratuidade, **determino a redistribuição** do processo para a secretaria da 4ª Vara Cível.

Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, VI, do CPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo").

Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta/mandado que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.

DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO/CARTA, PARA CUMPRIMENTO PELOS CORREIOS MEDIANTE CARTA ARMP.

Intimações e Expedientes Necessários.

Cumpra-se.

TERESINA-PI, 8 de abril de 2020.

Reginaldo Pereira Lima de Alencar
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 4ª Cartório Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0828651-38.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação e pedido de concessão e assistência judiciária gratuita do processo, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 31 de outubro de 2019.

ADRIANA GOMES SOARES MAIA
Secretaria do 4º Cartório Cível



Assinado eletronicamente por: ADRIANA GOMES SOARES MAIA - 31/10/2019 14:07:10

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19103114071079100000006666161>

Número do documento: 19103114071079100000006666161

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI.

PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

SILVANA ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF nº 041.811.413-73, RG nº 2.502.210, residente e domiciliada à Rua Jose Marques da Rocha, nº 2610, Bairro Memorare, cidade de Teresina/PI, CEP 64000-000, por seus procuradores conforme instrumento em anexo, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor a presente;

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.248.608/0001-04, com sede Rua da Assembleia, nº 100, 16º Andar, Ed. City Tower, Bairro Centro, Rio de Janeiro/ RJ, CEP 20011-904, alicerçada nos seguintes fundamentos de fato que passa a expor:

-

EM SEDE DE PRELIMINAR

1. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Em relação à audiência de conciliação prévia, ante a necessidade de realização de perícia e demais informações ao feito, até pela própria conduta da ré nos diversos processos que possui, acredita-se que a mesma não terá êxito pelo próprio objeto da demanda, postulando o prosseguimento do feito com a citação da ré e pela economia processual ao feito.

2. DO ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA INTIMAÇÕES

Pelos poderes que lhes foram outorgados aos presentes causídicos pela procuração que já resta acostada aos autos, estes informam o endereço para fins de intimação:

- rachel.parvm@gmail.com

Em relação ao endereço eletrônico da ré, a parte autora desconhece qual o e-mail que a mesma responde por intimações, não podendo informar a respeito, nem tampouco se responsabilizar por tal informação, devendo a parte ré informar juntamente com a contestação.

EM SEDE DE MÉRITO

3. DOS FATOS

A autora foi vítima de acidente de trânsito na data de 23/01/2017, na Av. Maranhão, cidade de Teresina/PI, sofrendo lesões corporais, e escoriações com fratura no joelho esquerdo, como se comprova com os documentos em anexo e que serão juntados ao término da instrução processual.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes; bem como diversas escoriações, conforme documentos acostados a exordial.

Acontece que a parte autora recebeu apenas o importe de **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) administrativamente**.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional dos membros supra mencionados corresponde ao valor do teto correspondente a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme tabela [DPVAT](#).

4. DO DIREITO

Como se verifica nos fatos narrados, a autora não recebeu os valores devidos pelo acidente de trânsito sofrido, mesmo havendo redução funcional.

O próprio nome do Seguro Dpvat é esclarecedor; Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o Dpvat é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).



O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194, de 19.12.1974, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso das despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são pagas independentemente de apuração de culpa, da identificação do veículo ou de outras apurações, desde que haja vítimas, transportadas ou não. Ou seja, o Seguro DPVAT é obrigatório porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda que os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores em Vias Terrestres (DPVAT), a autora faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atestam os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

“Art.3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – R\$ 13.500 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

III – R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. A parte autora, através de seus procuradores, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que o acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente e dados do veículo, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

“Art.5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, tem a requerente direito à majoração da indenização.

Dessa forma, a autora busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. LEI Nº 11.945/09. TRAUMATISMO CRANIO ENCEFÁLICO. LIMITAÇÃO DAS FUNÇÕES CEREBRAIS. SEQUELAS PERMANENTES. INVALIDEZ. INDENIZAÇÃO DEVIDA PELO VALOR MÁXIMO. DEDUÇÃO DO VALOR DO PRÊMIO PAGO ADMINISTRATIVAMENTE. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. CORREÇÃO MONETÁRIA A CONTAR DA DATA DO PAGAMENTO FEITO A MENOR. JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. APELO PROVIDO.

1. Em matéria de pagamento de parcelas indenizatórias referentes ao seguro obrigatório DPVAT, deve-se aplicar a legislação vigente ao tempo da ocorrência do sinistro causador da morte, da invalidez permanente ou das despesas médicas e hospitalares (tempus regit actum).

2. Tanto o relatório médico apresentado pelo acidentado/apelante, quanto o parecer médico do perito da própria seguradora apelada são uníssonos quanto ao fato de que o recorrente, em razão do acidente, sofreu traumatismo crânio encefálico, do qual resultou à vítima sequelas permanentes, dentre elas, uma limitação das funções do sistema nervoso central. Logo, vez que



o caso dos autos se enquadra, conforme a tabela trazida pela Lei nº 11.945/09, dentre as hipóteses de invalidez permanente total, mostra-se devido o pagamento do seguro DPVAT em seu valor máximo, com a dedução da quantia paga administrativamente pela seguradora, a fim de se evitar enriquecimento sem causa.

3. Tratando-se da ação de cobrança de complementação de seguro DPVAT, a correção monetária dever incidir a partir da data do pagamento a menor realizado pela seguradora, por ser este o momento em que se inicia o prejuízo do demandante/acidentado.

4. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação (Súmula nº 426, do STJ).

5. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedentes os pedidos autorais.

(TJPI | Apelação Cível Nº 2014.0001.004120-7 | Relator: Des. Oton Mário José Lustosa Torres | 4ª Câmara Especializada Cível | Data de Julgamento: 15/09/2015).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº [6.194/74](#), com a redação dada pela Lei nº [8.441/92](#).

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez, uma vez que permanece com base na Resolução nº [1/75](#) de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº [6.194/74](#), de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. [789](#) do novel [Código Civil](#), o que atentaria ao princípio da dignidade humana.

No caso em tela, a parte autora recebeu pequeno percentual ao qual lhe é devido, **R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**. Portanto é jurídica e perfeitamente possível a pretensão deduzida, que diz respeito à cobrança da indenização assegurada pelo referido seguro, diante do implemento do risco contratado, quanto mais em se tratando de responsabilidade objetiva a que está sujeita a empresa seguradora.

Nesse sentido, é assentado o entendimento jurisprudencial tanto no STJ quanto nesta Corte, cujos julgados são transcritos a seguir:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. [6.194/74](#). RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. [6.194/74](#) e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.08.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).

Destaca-se então o grau de redução da funcionalidade da autora, a qual sente dores até a presente data, havendo limitação, tornando-se evidente assim a redução funcional, uma vez que permanece debilitada.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante gradação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação história da norma legal, valorando o verdadeiro e



original espírito da lei, segundo almejado na “mens legislatoris”, bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da [Constituição Federal](#). Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO-DPVAT. LEI. 11.945/09. MANUTENÇÃO, IN TOTUM, DA SENTENÇA RECORRIDA.

I- A quitação dada pelo segurado no âmbito administrativo não obsta, por si só, o direito de ação daquele que poderá pleitear judicialmente a complementação do valor do seguro DPVAT que entenda devido.

II-E para averiguar o direito ao seguro DPVAT é necessário a comprovação da existência do acidente de trânsito, bem assim do óbito, da invalidez permanente (total ou parcial), ou das despesas médicas e hospitalares, além do nexo de causalidade entre eles – não cabe, pois, a averiguação de culpa, a teor do art. 5º, da Lei do DPVAT.

III- Na impossibilidade de obtenção do Laudo do IML, deverá ser anexada à documentação o relatório do médico assistente comprovando a existência e a natureza da invalidez, conforme restou provado nos autos.

IV- Com efeito, das provas produzidas, concluiu-se que o Apelado sofreu politraumatismo, do qual resultou à vítima sequelas permanentes, dentre elas, uma limitação de 90% (noventa por cento) das funções da perna direita e perda do 1º pododáctilo, se enquadrando perfeitamente no segundo grupo (Danos Corporais Segmentares – Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores), devendo portanto prosperar os cálculos apresentados pelo juízo a quo às fls. 93.

V- Recurso conhecido e improvido.

VI- Decisão por votação unânime.

(TJPI | Apelação Cível Nº 2014.0001.000294-9 | Relator: Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho | 1ª Câmara Especializada Cível | Data de Julgamento: 28/06/2016).

Nota-se claramente que a lei foi criada para indenização de vítimas de acidente de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6194/74, com redação dada pela Lei nº 8441/92.

Acrescente-se ainda que, a partir da edição da Medida Provisória 340/06, convertida na Lei 11.482/2007, tais normas estabeleceram valores fixos para as indenizações, que vão de R\$ 2,7 mil (cobertura de despesa médica) a R\$ 13,5 mil (em caso de morte) e tais valores estão vigentes desde 2007.

Logo, o valor devido a autora com a compensação do valor já recebido seria no importe de **R\$ 10.968,75 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**.

Tendo em vista todo o exposto, bem como os documentos e exames médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o DPVAT merecido pela autora não foi o valor que lhe depositaram, o qual não retrata a realidade da situação da requerente, nem tampouco houve observância dos Dispositivos legais, sendo a mesma credora de diferenças, restando demonstrado as presentes sequelas em caráter permanente em que a autora se encontra.

5. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Como visto a parte autora não possui condições de arcar com as despesas decorrentes da presente ação requerendo, por conseguinte, a concessão do beneplácito da Gratuidade da Justiça, nos moldes do art. 98 e 99, do Código de Processo Civil.

6. DOS PEDIDOS

Diante dos fatos e fundamentos jurídicos acima expostos e, confiante nos sábios ensinamentos que certamente serão emanados por esse MM. Juízo requer digno-se Vossa Excelência em determinar:

a. A citação da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;

b. A condenação da requerida ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT à parte autora no



valor de **R\$ 10.968,75 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)** com a dedução do valor já recebido, conforme previsto pela Lei 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;

c. A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;

d. Requer-se ainda, para as disposições do artigo 39 do CPC, que todas as intimações sejam efetuadas em nome de **RACHEL INGRID CALIXTO PINHEIRO, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/CE 29.668-B / OAB/RS 77.053-A e no CPF sob o nº 642.335.453-72**, com domicílio profissional à Rua Pinheiro Machado, nº 132, sala 04, Bairro Centro, cidade de Feliz/RS, Cep: 95.770-00, email: rachel.parvm@gmail.com;

e. Protesta finalmente, pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e perícia médica;

f. A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes do art. 98 e 99, do Código de Processo Civil, eis que a autora, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e o de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo;

Dá-se a causa o valor de R\$ 10.968,75 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Termos em que,
Espera e Pede deferimento.

Feliz/RS, 27 de setembro de 2019.

p.p. RACHEL INGRID C. PINHEIRO
OAB/CE 29.668-B / OAB/RS 77.053-A



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF de nº 041.811.413-73 e RG de nº 2.502.210, residente e domiciliada na Rua José Marques da Rocha, nº 2610, bairro Memorare, Teresina-PI, CEP 64000-000

OUTORGADOS: RACHEL INGRID CALIXTO PINHEIRO, brasileira, divorciada, advogada inscrito na OAB/CE sob nº 29.668-B/ OAB/RS sob nº 77.053-A, com escritório profissional na Rua Pinheiro Machado, nº 132, sala 04, Bairro Centro, cidade de Feliz, Rio Grande do Sul e **RENATO VON MÜHLEN**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/RS sob nº 21.768, **ANGELA VON MÜHLEN**, brasileira, advogada inscrita na OAB/RS sob nº 49.157 e OAB/SP sob nº 323.478, **LIANDRA FRACALOSS**, brasileira, advogada inscrita na OAB/RS sob nº 71.325, **PEDRO INÁCIO VON AMELN FERREIRA E SILVA**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/RS sob nº 69.018, **SANDRA MENDONÇA SUELLO DA SILVA**, brasileira, advogada inscrita na OAB/RS sob nº 81.139, **EDUARDO MACHADO MILDNER**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/RS sob nº 81.302, **PATRÍCIA ENDLICH CARLETTO**, brasileira, advogada com inscrição na OAB sob o nº 101.931, **JAQUELINE VON MÜHLEN**, brasileira, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 96.678, **RENATA COSTA JAQUES**, brasileira, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 103.746 e **ALINE CEZAR BECKER**, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 56.219 todos representando a sociedade **RENATO VON MÜHLEN ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RS sob nº 2844, com escritório profissional na cidade de Porto Alegre/RS, na Rua dos Andradas, nº 1137, cj. 1107, Centro Histórico, fone/fax (51) 3226.2900.

PODERES: Por este instrumento particular o outorgante nomeia e constitui seu procurador outorgado acima qualificado, o qual poderá agir investido dos poderes da cláusula "Ad Judicia Et Extra" e mais os poderes especiais de concordar, discordar, reconvir, requerer falência, transigir, acordar, desistir, receber, dar quitação, firmar compromisso, sacar alvará judicial, representar o outorgante em audiência de conciliação, instrução e substabelecer, sendo vedado os outorgados receberem citações, bem como as intimações dos artigos 475-A, §1º, 659, §5º e 687, §5º, todos do Código de Processo Civil Brasileiro.

FINS: Defender o interesse do outorgante em ação judicial.

Teresina-PI, 28 de Dezembro de 2017

Silvana Alves de Oliveira



DECLARAÇÃO

Silvana Alves de Oliveira, brasileira,
solteira, doméstica, RG nº 2502.250,
CPF nº 041.811.413-73, residente e domi-
niada à Rua José Marques da Rocha, 2650,
Memorale, Teresina - PI, cep: 64.000.000

declara pelo presente instrumento, fazer jus ao benefício da Gratuidade da Justiça, garantido pela Constituição Federal, artigo 7º, LXXIV, eis que é desprovido de recursos financeiros para mover demanda judicial, não tendo dinheiro para arcar com as custas processuais, honorários advocatícios e demais despesas descritas no art. 3º da Lei nº 1.060/50, sem prejuízo seu e de sua família.

Teresina, 28 de setembro de 2017.

Silvana Alves de Oliveira



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"		REGISTRO GERAL	2.502.210
 		DATA DE EXPEDIÇÃO	27/01/15
 0851236		NOME	SILVANA ALVES DE OLIVEIRA
0451/14		FILIAÇÃO	MARIA SANTANA ALVES DE OLIVEIRA DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA
CARTeira DE IDENTIDADE		NATURALIDADE	TERESINA-PI
		DATA DE NASCIMENTO	22/09/1977
		DOC. ORIGEM	CERT. NASC. 20608 L 14A F 97
		EXP. TERESINA-PI	29/01/01
		CPF	041.811.413-73
		TERESINA-PI	041.811.413-73
		ASSINATURA DO DIRETOR	
		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83	



TRABALHADOR

Esta é a sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: www.mte.gov.br



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP 206.59397.11-4

NÚMERO 6715614

SÉRIE 0030

PI

Silvino Alves de Oliveira

ASSINATURA DO TITULAR



CASA DA MOEDA DO BRASIL





SILVANA ALVES DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO.....: DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA
MARIA SANTANA ALVES DE OLIVEIRA
NASCIMENTO.....: 22/09/1977 SEXO: FEMININO
ESTADO CIVIL.....: SOLTEIRO
NATURALIDADE: TERESINA - PI
DOCUMENTO.....: R.G. 2.502.210 SSPDC PI 19/07/2002
LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995
CPF.....: 041.811.413-73 CNH.....:
TIT. ELEITOR: SEÇÃO: ZONA:
LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/PI - 05/04/2011

Paulo Henrique de Nascimento Mendes

ASSINATURA DO EMISSOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE PARA
DOCUMENTO

ASSINATURA E CAMPO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CAMPO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CAMPO DO SERVIDOR

MOTIVO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CAMPO DO SERVIDOR

MOTIVO

LEGENDA

A - CASAMENTO | C - OUTRUGA | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO
B - SR. RUDOLPH | D - ADIC. AO | F - ADIC. AO VOLUNTÁRIO

03



CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR.....	
CC/CP/CE.....	
ENDEREÇO.....	
MUNICÍPIO.....UF.....	
ESP. DO ESTABELECIMENTO.....	
CARGO.....	
.....CBO Nº.....	
DATA DE ADMISSÃO.....DE.....	
REGISTRO Nº.....RIS / RCHA.....	
RELAÇÃO DE ESPERANÇA.....	
.....	
DATA DE SAÍDA.....DE.....	
.....	
COM DISPENSA CD Nº.....	
FGTS Nº DA CONTRA.....	

08

CONTRATO DE TRABALHO	
EMPREGADOR.....	
CC/CP/CE.....	
ENDEREÇO.....	
MUNICÍPIO.....UF.....	
ESP. DO ESTABELECIMENTO.....	
CARGO.....	
.....CBO Nº.....	
DATA DE ADMISSÃO.....DE.....	
REGISTRO Nº.....RIS / RCHA.....	
RELAÇÃO DE ESPERANÇA.....	
.....	
DATA DE SAÍDA.....DE.....	
.....	
COM DISPENSA CD Nº.....	
FGTS Nº DA CONTRA.....	

09





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100255.000239/2017-99

Unidade de Registro: GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA

Resp. pelo Registro: Francisco Stênio Ferreira Barbosa

Data/Hora: 19/05/2017 - 09:26

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável
GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
Tipo Local
VIA PÚBLICA
Município
TERESINA
Endereço
AV. MARANHÃO, Nº:
Complemento

Data/Hora
23/01/2017 - 06:10

Bairro
CENTRO

Ponto de Referência
PONTE JOSÉ SARNEY (PONTE DA AMIZADE)

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA
RG: 2.502.210 PI
Mãe: MARIA SANTANA ALVES DE OLIVEIRA
Pai: DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA
Endereço: RUA JOSE MARQUES DA ROCHA, Nº 2610
Bairro: MEMORARE
Cidade: TERESINA

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Notificante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

RELATO DA OCORRÊNCIA

A NOTICIANTE INFORMA QUE ESTAVA SENDO TRANSPORTADA COMO PASSAGEIRA NA MOTO HONDA/CG 125 I FAN, COR PRETA, ANO 2016, PLACA PSP-3059, RENAVAM 1091269685 DE PROPRIEDADE DE DARIO SANTANA DE SOUSA. TAMBÉM CONDUTOR DA MOTO, E ESTAVAM ATRAVESSANDO A PONTE JOSÉ SARNEY, SENTIDO TIMON/TERESINA, E AO ADENTRAR A AVENIDA MARANHÃO, COLIDIU COM A TRASEIRA DO VEÍCULO QUE SEGUIA À SUA FRENTE. DEVIDO A COLISÃO ENTRE OS VEÍCULOS A NOTICIANTE CAIU DA GARUPA DA MOTO, FICANDO LESIONADA, FOI SOCORRIDA POR PELO SENHOR DARIO SANTANA, CONDUZIDA AO HOSPITAL GERAL DO BUENOS AIRES SOB BOLETIM DE ENTRADA Nº 348901E POSTERIORMENTE TRANSFERIDA PARA UPA DO RENASCENÇA PRONTUÁRIO Nº 68921 E NOVAMENTE FOI TRANSFERIDA PARA O HPM (HOSPITAL DIRGEU ARCO VERDE) SOB PRONTUÁRIO Nº 205092.


Francisco Stênio Ferreira Barbosa - Mat. 0092681
AGENTE DE POLÍCIA


SILVANA ALVES DE OLIVEIRA - Notificante
Responsável pela Informação



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - MA Nº 012419364963
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

0 VIA COD. RENAVAM RNTC EXERCÍCIO
1 1 1091269685 2016

3 NOME
A DARIO SANTANA DE SOUSA
A *****
A *****
1 *****

2 OFF/CNPJ PLACA
4 61538114348 PSP3059

3 PLACA ANT./R CHASSI
3 V. NOVO MA 9C2JC6900BR402971

5 ESPECIE TIPO COMBUSTÍVEL
6 PAS/MOTOCICLETA GASOLINA

7 MARCA/MODELO ANO FAB. ANO MOD.
HONDA/CG 125I FAN 2015 2016

8 CAR/POT./CIL. CATEGORIA COR PREDOMINANTE
00002P/0124 CIL PARTIO PRETA

9 COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA 1º
I 43,10 06/07/16
P
V FAIXA I.P.V.A. PARCELAMENTO/COTAS 2º
A 1 0,00 3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IDP (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
167,27 0,65 172,07 14/07/16

MOTOR: JC67E0G402971
AF /ADM CONS NAC HONDA LTDA
Leana Alves dos Reis
CHIEF MA
10: DIRETRIA - DENTRAN - 2442178

11 TIMEN-MA DATA
15/07/16

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA - A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

MA Nº 012419364963 BILHETE DE SEGURO DPVAT

2016

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO 3059
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO DATA EMISSÃO
2016 15/07/16

VIA OFF/CNPJ PLACA
1 61538114348 PSP3059

RENAVAM MARCA/MODELO
091269685 HONDA/CG 125I FAN

ANO FAB. COTAS Nº CHASSI
2016 9 9C2JC6900BR402971

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) DETRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)
75,27 8,36 83,64
CUSTO DO BILHETE (R\$) IDP (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$)
4,15 0,65 172,07

PAGAMENTO DATA DE COTAÇÃO
☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO 14/07/16

SEGURADORA LIDER - DPVAT
CNPJ 08.248.808/0001-04
www.seguradoralider.com.br

00100 937





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina
Fundação Municipal de Saúde

HOSPITAL GERAL DO BUENOS AIRES

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que, a senhora **SILVANA ALVES DE OLIVEIRA**, portadora da identidade nº 2.502.210 SSP-PI, deu entrada neste hospital no dia 23.01.17, conforme boletim de entrada nº 348901 em anexo.

Vale ressaltar que, por falha deste hospital (recepção) o nome do paciente foi preenchido de forma equivocada.

Segue abaixo o nome da pessoa a ser considerado, em conformidade com o documento de identidade em anexo.

Nome do paciente: **SILVANA ALVES DE OLIVEIRA**

Teresina (PI), 31 de Janeiro de 2017.

Atenciosamente

Thiago Mota Ramos

Thiago Mota Ramos
DIRETOR ADMINISTRATIVO
CPF: 762.326.703-53 / CRA-0519-PI
HOSPITAL GERAL DO BUENOS AIRES



Rua Castelo do Piauí, S/N - Buenos Aires
Teresina-PI,
CNPJ 17.577.205/0003-07



86-3214-2600



financeirohgba@gmail.com



HISTÓRICO

HOSPITAL DO BOMFIM

NOME DO DOENTE: JAUPOI DATA: 25/01/2017 HORA: 07:34 USUÁRIO: LVA
 SETOR: VI CLINICA MEDICA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME: SILVA ALVES DE OLIVEIRA
 IDADE: 39 ANOS NASCIM: 22/07/1977
 ENDREÇO: RUA JOSE MARQUES DA SILVA BAIRRO: PUPUNARI
 CIDADE: JUAZINA UF: PI CID: 00000000
 NOME PATRONAL: DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA / MARIA SANTANA ALVES DE OLIVEIRA
 RESPONSÁVEL: O PROPRIO
 RESIDÊNCIA: MEMORARE
 ATENDIMENTO: ACIDENT TRANSITO MOTOCICLISTA/PASSO VILLO
 NAO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: 140 x 100 mmHg PULSO: 7 TEMP.: 3 PESO: 7

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECO [] ULTRASSONOGRAFIA

ANOTAÇÃO DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

ANOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

Trou

ANOTAÇÃO DA ENFERMEIRA: Do no galho E. Queda de metacrita.

DIAGNOSTICO:

PRESCRIÇÃO

*Voltar IM
 Symen IM*

HORARIO DA RECEPCAO

*8:20
 wawerley*

DATA DA SAIDA: / /

DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA

ENCAMINHADO AO AMBULATORIO []

INTERNAÇÃO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OUTRO: [] ATE 48HS [] APÓS 48HS [] FAMILIA [] SIM [] NÃO

SIGNATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

SIGNATURA DO RESPONSÁVEL

HOSPITAL GERAL DO BUENOS AIRES

ENTREGUE

Documento Confere Conforme Original

THE 06102117

Sétor Produção

*Dr. Wólter Santos Filho
 Médico
 CRM-PI 3211*



SERVIÇO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
FICHA DE ENCAMINHAMENTO

De Unidade <i>UVA</i>	Para Unidade <i>VPA</i>
Paciente <i>Wagner Alencar</i>	Registro
MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO	
<i>Fufo em pane e</i>	
HD. <i>do Ortopedia</i>	
Data <i>23/01/17</i> <i>08:45</i>	Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo <i>Wagner Santos Filho</i> CRM-MA 5411

FICHA DE RETORNO

Da Unidade	Para:
DIAGNÓSTICO	
<p><i>Wagner Santos Filho</i> CRM-MA 5411</p>	
Data <i>/ /</i>	Médico responsável pelo encaminhamento/carimbo
OBSERVAÇÃO:	





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante:

HOSPITAL POLICIA MILITAR DI

3 - Nome do estabelecimento executante:

HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEU

Nº. da Autorização de internação Hospitalar (AIH)

AIH : 221710006076-9
UNI : HOSPITAL DA POLICIA

Orgão Emissor: M221100001

SILVANA ALVES DE OLIVEIRA

D. LIBERA: 31/01/2017

PROCED.: 0408050551

OP. SIST: JAIR

CID: 9821

DT. LAUDO: 23/01/2017
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO PLANTO FIBIA

ASS. MEDICO RESPONSÁVEL

Identificação do Paciente

54800

5 - Nome: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA

6 - Prontuário: 205092

7 - CNS: 704804536824642

8 - Nascimento: 22/09/1977 02:00:

9 - Sexo: F

CPF: 041.811.413-73

11 - Mãe: MARIA SANTANA ALVES DE OLIVEIRA

12 - Fone: 86-8.8164015

13 - Resp: DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA

14 - Cor: PARDA

15 - Ender.: RUA JOSE MARQUES DA ROCHA 4510

MEMORARE

19 - CEP: 64008-255

16 - Munic: TERESINA

17 - Cod. IBGE: 221100

18 - UF: PI

RG: 25022-10

Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

Paciente vítima de trauma, dor
e depressão em joelho esquerdo.

21 - Condições que justificam a Internação:

Necessidade de cirurgia

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

Rx - Frat. platibial (F)

23 - Diagnóstico Inicial:

Frat. Tibial (F)

24 - Cid Princ.:

5821

25 - Cid Sec.:

26 - Cid C.Ass.:

Procedimento Solicitado

28 - Cod. Proced. 27 - Procedimento Solicitado:

Osteossíntese Placatibial 0408050551

Tempo SUS

29 - Clínica:

POSTO I

30 - Carater.:

02

Ident.:

1

31 - Documento: 32 Doc. Med. Solic.

CPF

65265386491

33 - Nome Profissional / Assistente

EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR

34 - Data de Solicitação:

23/01/2017

DR. ALVARO REBELLO FILHO
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM-PI 2572

35 - Ass. Carimb. Med. Solicitante

Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - () Acidente de Trânsito.

39 - CNPJ Seguradora:

42 - N.º. Bilhete.

41 - Série

37 - () Acidente de Trabalho Típico.

42 - CNPJ Empresa:

43 - CNAE. Empresa

44 - CBOR,

38 - () Acidente de Trabalho Trajetado.

45 - Vínculo com a Previdência. () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado.

Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador

47 - Data Autorização:

31/01/17

48 - Documento

49 - Num. Documento

50 - Ass. Conselho (RG Conselho)

51 - Assinatura Paciente ou Responsável.





Polícia Militar do Piauí
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



FOLHA DE INTERNAÇÃO

INTERNOU-SE NO HOSPITAL	FICHA DE PRONTUÁRIO		23/01/2017
SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	Nome: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA		Pront.: 205092
IDEM OUTROS HOSPITAIS	Nasc.: 22/09/1977 Sexo: F	Convênio: SUS - INTERNACAO	
SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	Atendimento: 254800	Enfermaria: POSTO I	ENF 118 LEITO Leito: 118
CLÍNICA	Pai:		
	Mãe: MARIA SANTANA ALVES DE OLIVEIRA		
Médico Assistente	RG: 2502210		
	Residência:		
Permanência	RUA JOSE MARQUES DA ROCHA		
	Nr.: 4510		
CLÍNICA	Cep: 64008255		
	Bairro: MEMORARE		
	Cidade: TERESINA		
	Telefone: 86 - 88164015		

Histórico Clínico, Registro das Palavras do Doente e Todos os Achados de Exames a Que Foi Submetido.

Paciente vítima de Trauma, com um joelho esquerdo

DIAGNÓSTICO

Provisório:	Fot. 100% total (Esquerda)	CID S87.1
Principal:	O mesmo	CID S87.1
Procedimento:	Ortopedia	
Sintomas e Sinais Principais	Do e deformidade em joelho (E)	Causa Médica
		Histo - Patológico:

TRATAMENTO

Tipo:	Terapêutica Médica	Operação	Eficácia
<input type="checkbox"/> Nenhuma			<input type="checkbox"/> Nenhuma
<input type="checkbox"/> Médico			<input type="checkbox"/> Médico
<input type="checkbox"/> Cirurgia			<input type="checkbox"/> Cirurgia
<input type="checkbox"/> Médico Cirurgico			<input type="checkbox"/> Médico Cirurgico

DURAÇÃO

Data/Hora de Internação: 23/01/2017 19:01:56
Data da Alta: 26/01/2017
Data da Hospitalização: 1/1

ALTA

Saída	Transferência	Óbito
<input type="checkbox"/> Curado	<input type="checkbox"/> Fisiologia	<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas em estado agônico ou pré-agônico
<input type="checkbox"/> Melhorado	<input type="checkbox"/> Psiquiatria	<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas sem apresentar estado agônico ou pré-agônico
<input type="checkbox"/> Inalterado	<input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas de internação
<input type="checkbox"/> A Pedido		
<input type="checkbox"/> Internação p/ Diagnóstico		

THE

Assinatura:

DR. ALAN REBELLO FILHO
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM - PI 2074





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



BOLETIM DE CIRURGIA

DATA: 25 / 01 / 17
Nº DO PRONTUÁRIO 305092 SALA 07
CÓD DA CIRURGIA: 0408030557

Descrição da Cirurgia:

Paciente em DDH sob requisição
Anestesia, laboratório
dos grupos estereis, Acima lateral
ao plano tibial (E), Verificação
redução e manutenção do fatur

Luís Henrique dos Santos
RSPM 105198193 21/01/2017
Chefe do Setor de Anestesia

DR. ALVARO REBELO FILHO
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM - PI 2972

Cirurgia:

Cirurgião:

1º Auxiliar:

2º Auxiliar:

3º Auxiliar:

Instrumentador: Marcos.

Circulante: Cineth.





**POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE**

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

Nº ORDEM.....: 39061
NOME.....: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA
MÉDICO SOLIC: ALMIR ALVES REBELO FILHO
DATA LAUDO....: 05/02/2017
CONVÊNIO: INTERNO

DATA REALIZ: 26/01/2017
IDADE: 39 anos
CRM: 2972-PI
CÓDIGO: 17188

RX JOELHO ESQUERDO

O estudo radiológico do joelho esquerdo realizado nas incidências em AP e perfil demonstra:

- Fratura no platô tibial fixada com placa e parafusos metálicos.
- Espaço articular fêmoro-tibial reduzido.
- Aumento de partes moles com sinais sugestivos de enfisema subcutâneo em face lateral do joelho.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

Controle ortopédico.

**IVAN FONTENELE GOMES
CRM-2426-PI**

Av. Euzébio Cunha, 1042 - Inoatas - Teresina-PI
CEP: 64014-220 - CNPJ: 07.444.153/0002-25

Telefone: (86) 3227-6266
Fax: (86) 3216-1520

Assinado eletronicamente por: RACHEL INGRID CALIXTO PINHEIRO - 01/10/2019 18:34:43
http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100118344237500000006279928
Número do documento: 19100118344237500000006279928





UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-RENASCENÇA
Rua Rio Verde, 2810 Renascença III - Fone: 86 3234 7074
TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/0015-32

UPA
24h

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: SILVANA ALVES DE OLIVEIRA		Prontuário: 68921
Mãe: MARIA SANTANA ALVES DE OLIVEIRA	Pai: DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA	
End.Resid.: RUA JOSE MARQUES DA ROCHA 4512 - MEMORARE - TERESINA - PI - CEP: -		
Nascimento: 22/09/1977	Idade: 39a:4m:1d	Sexo: Feminino Fone: - -
Responsável: O MESMO	CNS:	
Profissão:	Documento: CPF: 041.811.413-73	
G. Instrução: Não informado	E.Civil: Ignorado	
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 130223	Entrada: 23/01/2017 11:26:44	Convênio: S U S
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA PARTICULAR		

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação: Intercorrência por Trauma	Área Incidência: MMSSII	Classificação: Fratura fechada sem desvio	Cor: Amarelo
Breve História Clas. Risco: ECHE TRAZIDA PELO SAMU DO HOSPITAL DE BUENOS AIRES COM FRATURA EM HIE. NENHA COMORBIDADE E ALERGIA MEDICAMENTOSA.		Ass.Profissional Clas. Risco: ELISABETH MARIA LOPES VASCONCELOS Data: 23/01/2017 11:26:44	

SSVV: (Hora: :)	Ass.Profissional Clas. Risco:		
Peso: 0,00 Kg	Altura: 0,00 M	IMC: 0,00 Kg/m2	Pulso: 0 bpm Pressão: 0 mmHg

DADOS CLÍNICOS:

TRAUMA EM JOELHO
RX COM FRATURA DE PLATO TIBIAL
TALA E ENCAMINHO AO HPM

Diagnóstico Inicial:

EXAMES COMPLEMENTARES:

PRESCRIÇÃO MEDICA:

MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:

ENCAMINHADO PARA OUTRA UNIDADE

DATA: / / HORA: :

Assinatura Paciente ou Responsável

ALBERT RASILIO MENDONÇA



Terresina UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-RENASCENÇA
Rua Rio Verde, 2810 Renascença III - Fone: 86 3234 7074
TERESINA-PI CEP: 64082-110 CNPJ: 17.577.205/0015-32

UPA
24h

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

DADOS DO PACIENTE:

Imp: 08/05/2017 10:00:00
User: EIMAR JUNIOR
Estação: UPA-SALADINHO

Nome:	SILVANA ALVES DE OLIVEIRA	Prontuário:	68921
Mãe:	MARIA SANTANA ALVES DE OLIVEIRA	Pai:	DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA
End.Resid.:	RUA JOSE MARQUES DA ROCHA 4512 - MEMORARE - TERESINA - PI - CEP: -		
Nascimento:	22/09/1977	Idade:	39a:4m:1d
Sexo:	Feminino	Fone:	-
Responsável:	O MESMO	CNS:	
Profissão:		Documento:	CPF: 041.811.413-73
G. Instrução:	Não informado	E.Civil:	Ignorado
End.Local.:			

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	130223	Entrada:	23/01/2017 11:26:44	Convênio:	S U S
Motivo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA PARTICULAR				

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresent:	Área Incidência:	Classificação:	Cor:
Intercorrência por Trauma	MMSSII	Fratura fechada sem desvio	Amarelo
3.ª História Clas. Risco: ACIDENTE DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA PARTICULAR EM VIAGEM DE TRABALHO, EM 22/01/2017, EM TERESINA-PI, CAUSANDO FRATURA EM MIE. NEGA COMORBIDADES.		LIDIANNE MAYRA DOPES CARNEIRO 153190-41 Em: 23/01/2017 11:26:44	

Ass.Profissional Clas. Risco:

SSVV:	(Hora: ____:____)								
Peso:	0,00 Kg	Altura:	0,00 M	IMC:	0,00 Kg/m2	Pulso:	0 bpm	Pressão:	0 mmHg
DADOS CLÍNICOS: TRAUMA EM JOELHO RX COM FRATURA DE PLATO TIBIAL TALA E ENCAMINHO AO HPM									
Exames Complementares:									
PRESCRIÇÃO MÉDICA: DIPIRONA 2,0 CC AD EV DECADRON 1 AMP AD EV TILATIL 20 MG AD EV									
MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO: ENCAMINHADO PARA OUTRA UNIDADE									

Assinatura Paciente ou Responsável

EDMAR DE SOUZA LIMA JUNIOR



Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170346886 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA SILVANA ALVES DE OLIVEIRA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** UNIÃO (CTG) SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA-Filial Teresina-PI**BENEFICIÁRIO** SILVANA ALVES DE OLIVEIRA**CPF/CNPJ:** 04181141373**Posição em 27-11-2017 09:46:38**

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
22/09/2017	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25

